

# MASCARANDO A MISÉRIA

A pandemia de COVID-19  
e as(os) trabalhadoras(es) migrantes  
da indústria da moda de São Paulo



# Índice

<b>Sumário executivo</b> .....	<b>03</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>05</b>
<b>De quem estamos falando?</b> .....	<b>07</b>
<b>Perfil</b> .....	<b>08</b>
<b>Condições de Trabalho</b> .....	<b>09</b>
<b>Impactos da COVID-19 na vida de migrantes da indústria da moda em São Paulo</b> .....	<b>10</b>
<b>Saúde mental e bem-estar</b> .....	<b>11</b>
<b>Reflexos para a família</b> .....	<b>12</b>
<b>Menos trabalho e preços mais baixos</b> .....	<b>14</b>
<b>Impactos na renda</b> .....	<b>18</b>
<b>Recomendações</b> .....	<b>20</b>
<b>Referências</b> .....	<b>22</b>
<b>Ficha técnica</b> .....	<b>23</b>

# Sumário Executivo

A moda é uma das indústrias mais atingidas pela pandemia de COVID-19. As perdas em meio à crise têm impactado, em escala global, a vida das(os) trabalhadoras(es) em toda a cadeia de produção. A situação no Brasil não é diferente. A pandemia continua expondo e exacerbando as desigualdades sistêmicas do país, e tem atingido diretamente os meios de subsistência de diversos grupos de trabalhadores, sobretudo aqueles pertencentes a setores mais marginalizados. Nesse contexto, este relatório analisa como a pandemia está afetando um dos grupos mais vulneráveis da cadeia produtiva da indústria da moda em São Paulo: as trabalhadoras e trabalhadores migrantes.

Entre 21 de julho e 16 de setembro de 2020, o Centro de Informação sobre Empresas e Direitos Humanos (Business and Human Rights Resource Centre - BHRR) entrevistou 146 trabalhadoras(es) migrantes na indústria da moda de São Paulo, residentes na capital e na região metropolitana. A pesquisa teve como objetivo entender o impacto da pandemia de COVID-19 na vida destas(es) trabalhadoras(es), em sua maioria, mulheres bolivianas. Investigamos questões relacionadas aos reflexos da crise tanto na esfera laboral, como a demanda por mão-de-obra e a variação do preço dos produtos costurados, quanto questões mais pessoais, como saúde mental, bem-estar e relações familiares.

Muitas vezes lidando com condições precárias de trabalho e vivendo em alojamentos situados no mesmo local onde funcionam as pequenas oficinas de costura, as(os) trabalhadoras(es) migrantes geralmente não possuem contratos de trabalho formais, o que lhes garantiria direitos. Sem essa segurança, durante a pandemia, elas(es) foram profundamente afetadas pela suspensão das operações da indústria da moda. Cadeias de suprimentos complexas e falta de vínculos formais entre trabalhadoras(es) e marcas dificultam a identificação e responsabilização dos grandes grupos empresariais. As marcas usaram seu poder desproporcional sobre as fábricas fornecedoras para cancelar encomendas acordadas, pagar aos fornecedores valores substancialmente menores do que acordado e/ou estender absurdamente as condições de pagamento<sup>1</sup>. A falta generalizada de demanda também provocou uma queda acentuada na renda e, por sua vez, afetou a subsistência destas trabalhadoras(es) e suas famílias.

**78%** atestam que os preços dos produtos costurados reduziu

Enquanto a indústria enfrentava a falta de pedidos, houve uma demanda pela produção de máscaras de tecido. Contudo, a redução dos preços pagos pelos produtos foi drástica. Depoimentos apresentaram relatos de máscaras sendo costuradas por apenas R\$0,05, valor extremamente baixo, que mostra o grau de vulnerabilidade destas(es) trabalhadoras(es). Em casa, elas(es) enfrentaram ainda obstáculos para educar seus filhos, em razão do acesso precário à internet. Apoiar a família em seu país de origem também foi um desafio para essa população, uma vez que a remessa de recursos para fora do Brasil praticamente cessou durante a pandemia.

As circunstâncias vivenciadas por esta população durante a crise da COVID-19 exigem mecanismos e políticas mais fortes em torno da proteção dos direitos das(os) trabalhadoras(es) migrantes. E esta responsabilidade deve ser assumida tanto por marcas quanto pelo Poder Público. O governo precisa reforçar sua atuação na compreensão das necessidades destas(es) trabalhadoras(es) e das condições a que estão submetidos, incluindo-as na rede de proteção social do país, desenvolvendo instrumentos mais efetivos para monitorar condições de trabalho e fazendo parcerias com grupos de trabalhadores migrantes e organizações da sociedade civil (OSCs).

Às empresas, fica claro que medidas de transparência são essenciais para monitorar as condições dentro das cadeias de suprimentos. Informações sobre práticas de compra, condições de pagamento e delimitação de custos trabalhistas não negociáveis devem ser implementadas e compartilhadas publicamente. Outras medidas, como o fornecimento de equipamentos de proteção individual e políticas de segurança e saúde ocupacional também devem ser introduzidas.

Ao destacar as experiências das(os) migrantes na indústria da moda paulista durante a COVID-19, este relatório tem como objetivo apresentar um panorama das efetivas condições dos direitos humanos dessa população que trabalha no setor.

**61%** tiveram dificuldades para se alimentar

**84%** costuraram máscaras durante a pandemia



# Introdução

A COVID-19 tem instado os países a buscar medidas para contenção da propagação do vírus, ao mesmo tempo em que precisam reagir às consequências econômicas e sociais trazidas pela interrupção generalizada das atividades comerciais não essenciais. Nesse contexto, temos observado como a pandemia exacerba os problemas estruturais e históricos existentes. Além dos desdobramentos nas interações sociais, a desigualdade continua a determinar quem sofre mais com os efeitos negativos dessa crise. Para deixar o contexto ainda mais complexo, o Brasil, um país de extrema desigualdade social e econômica, ainda tem que conciliar o enfrentamento da pandemia com uma crise política, que traz como saldo uma ação pública descoordenada e uma reabertura precipitada, elementos que agravam ainda mais a crise.

Olhando especificamente para a indústria da moda, medidas sem precedentes foram tomadas tanto em termos de escala quanto de alcance. A queda na demanda por roupas é uma consequência direta das medidas de isolamento social tomadas pelos governos para reduzir as taxas de infecção. As consequências geraram bilhões em perdas para o setor, com o fechamento de lojas de varejo, demissões e desligamentos em toda a sua cadeia de produção.

A indústria da moda brasileira é a quarta maior do mundo, com mais de 70 mil empresas espalhadas pelo país, em sua maioria de pequeno porte, que geram 1,3 milhão de vagas no emprego formal<sup>2</sup>. O país abriga todos os estágios da cadeia de fornecimento da moda – desde a plantação de algodão até a passarela de desfile – com trabalhadoras e trabalhadores em todas as etapas do processo, fiando, tecendo, costurando e vendendo. No entanto, esta indústria, a segunda maior empregadora do país, tem um lado sombrio. Trabalhadores informais permanecem em condições precárias, sujeitos a exploração e violações de direitos nos esforços para sobreviverem.

Em São Paulo, uma cidade de 12 milhões de pessoas, é comum encontrar trabalhadores(as) migrantes na base da cadeia da indústria. Muitos são de origem boliviana, que começaram a chegar ao Brasil no final do século passado para atender à demanda por trabalhos de “fast fashion”. Apesar destas condições precárias, há histórias de sucesso, muitas das quais inspiraram outras e outros bolivianos a migrarem para o Brasil.

Segundo registros da Polícia Federal, existem 75 mil bolivianos no país atualmente. Em 2009, o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul<sup>3</sup> – que englobam os países do Mercosul, Bolívia e Chile – foi um marco importante para a regulação da população migrante da região. No entanto, os dados oficiais não incluem uma parte significativa dos bolivianos, já que muitos não estão em situação migratória regular.

Estimativas de organizações não governamentais indicam que pode haver mais de 300 mil bolivianos(as) em São Paulo. Esta discrepância acentua ainda mais a vulnerabilidade das(os) migrantes, uma vez que sua impotência é salientada por sua não existência estatística e pelas contradições entre a realidade e a lei, o que cria uma intensa instabilidade na vivência desses indivíduos<sup>4</sup>.

O relatório a seguir apresenta os impactos da pandemia segundo descrito pelas(as) entrevistadas(os). Entender como os efeitos da pandemia têm sido vivenciados por esse grupo lança luz sobre os atores mais vulneráveis da cadeia de produção da moda em São Paulo e aponta para duras realidades que a indústria ainda precisa enfrentar para efetivamente respeitar e proteger os direitos humanos. Ao fazê-lo, esta pesquisa traz um balanço de variáveis demográficas dentro deste grupo, como gênero, raça, idade e perfil socioeconômico, e os desdobramentos que a pandemia trouxe para seu trabalho, subsistência e convivência familiar. Concluímos esta análise com recomendações para o governo e empresas.

# De quem estamos falando?

---



## Perfil

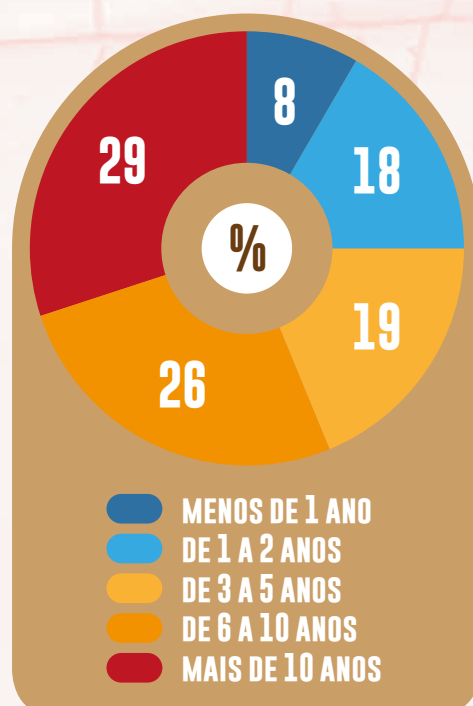
O perfil amostral deste estudo é composto por 146 respondentes, predominantemente bolivianos – 97% (142 entrevistados) – além de três peruanos e um paraguaio. As pessoas entrevistadas na pesquisa tinham idade entre 17 e 65 anos, e a média de idade foi de 34 anos. 73% das entrevistadas eram mulheres. Todas(os) que responderam residiam na cidade de São Paulo ou na região metropolitana, em cidades como Barueri, Itaquaquecetuba e, principalmente, Carapicuíba.

Devido à informalidade nas relações de trabalho na indústria de vestuário, é difícil estimar dados representativos sobre esta população, uma vez que não há informações oficiais sobre o perfil destas pessoas. Nesse sentido, embora a amostra do presente estudo não possa ser considerada representativa do universo de trabalhadoras(es) bolivianas(os) da indústria da moda, o perfil de gênero desta pesquisa compartilha semelhanças com os dados da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Vestuário (ABIT), que estima que três quartos dos trabalhadores da indústria da moda são do sexo feminino, algo refletido também em nosso conjunto amostral.

Além disso, identificamos que 55% das(os) respondentes já estão consideravelmente estabelecidos no país, pois vivem aqui há pelo menos seis anos. Por outro lado, 8% das(os) respondentes relatou morar no Brasil há menos um ano, o que pode significar laços mais frágeis no país e acesso ainda mais limitado à rede de proteção social.

Questionamos ainda sobre com quem vivem no país e identificamos que 80% das(os) respondentes vivem com familiares, 17% vivem com amigos (podendo também morar com ambos – família e amigos) e 3% moram sozinhos. A média de adultos por domicílio é de 2,8 e 56% das pessoas entrevistadas têm filhos em idade escolar.

### HÁ QUANTO TEMPO VIVE NO BRASIL?



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na pesquisa. BHRRRC



## Condições de trabalho

Para melhor compreender o que representa o impacto da pandemia na vida destas(es) trabalhadoras(es), é necessário identificar quais as condições de trabalho a que estas pessoas já estavam submetidas.

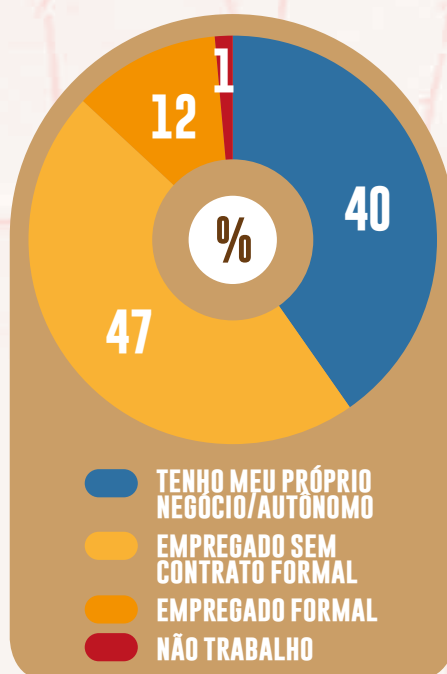
Sobre o local de trabalho, 89% das(os) entrevistadas(os) informaram que vivem no mesmo lugar onde costumam. Estas casas geralmente são alugadas pelo dono da oficina de costura, também um(a) migrante.

A acomodação é abarrotada, com famílias inteiras vivendo em quartos apertados sem qualquer ventilação ou luz natural. Trabalhar em alojamentos significa que as condições de vida muitas vezes são difíceis, com espaço limitado para a convivência familiar. Referimo-nos aqui ao "sistema de suor", um sistema de subcontratação em locais de trabalho que podem ser confundidos com residências, e onde o trabalho é realizado em condições extremas de opressão, baixos salários, jornadas exaustivas e medidas de segurança e saúde precárias ou inexistentes.

Dentre as(os) respondentes, 87% não contam com contratos formais de trabalho, incluindo trabalhadoras(es) com vínculos informais e aquelas (es) respondentes que indicaram ter seu próprio negócio, isto é, donas(os) de pequenas oficinas de costura terceirizadas por alguma empresa ou loja de roupas. Além destes, 12% das(os) trabalhadoras(es) possuem contratos formais de trabalho e 1% se apresentou como desempregado.

Em síntese, a partir dos dados, fica claro que o perfil mais prevalente é o de mulheres bolivianas, trabalhando e vivendo no mesmo espaço e sem a segurança de um emprego formal ou garantias trabalhistas. Elas são um perfil mais vulnerável aos efeitos negativos da pandemia, isso sem mencionar impactos além do escopo desta pesquisa, como a sobrecarga com o cuidado da casa e a violência doméstica, já que as mulheres podem ter sido forçadas a se isolar com seus agressores.

### QUAL SUA CONDIÇÃO DE TRABALHO?



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na pesquisa. BHRRCC



# Impactos da COVID-19 na vida de migrantes da indústria da moda em São Paulo

---

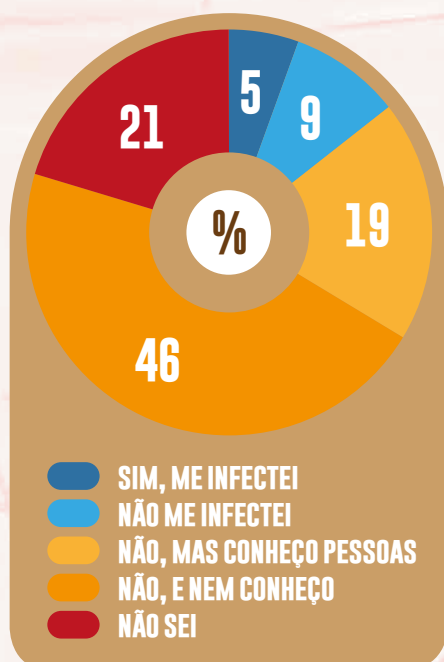


## Saúde mental e bem-estar

Os efeitos da pandemia sobre a saúde mental são bastante evidentes entre as(os) trabalhadoras(es) migrantes pesquisadas(os). Isso se manifesta no fato de que 82% das(os) entrevistadas(os) informaram sentir medo do novo coronavírus. O medo também aparece quando perguntamos quais sentimentos a(o) respondente mais tem sentido durante a pandemia, sendo relatado em 40% das respostas. Além dele, o sentimento de tristeza, de desespero e o stress/ansiedade também chamam a atenção, aparecendo em 41%, 36% e 34% das respostas, respectivamente. A esperança, por sua vez, foi o sentimento positivo mais relatado, informado por 17,8% das(os) respondentes.

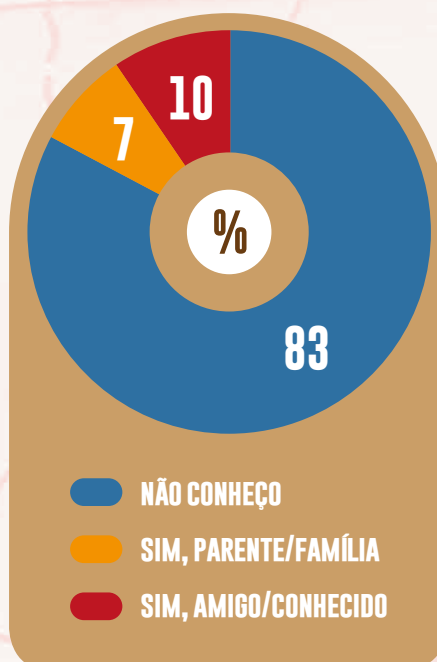
Em relação à proximidade com a COVID-19, perguntamos se conheciam alguém próximo que tinha se infectado. Identificamos que dois em cada três respondentes não tiveram uma relação próxima com a doença, sendo que 46% informaram não ter se infectado e não conhecer ninguém nessa situação, e 21% disseram sequer saber. A taxa de infectados informada foi de 5% e, dentre estes, 63% indicaram não ter recebido tratamento público de saúde. Identificamos ainda que 17% conhecem alguém que morreu devido à doença. Por fim, apenas 10% das pessoas entrevistadas tiveram acesso aos testes de Covid-19.

### VOCÊ CONTRAIU OU CONHECE QUEM CONTRAIU COVID-19?



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na pesquisa. BHRRC

### VOCÊ CONHECE ALGUÉM QUE MORREU POR COVID-19?



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na pesquisa. BHRRC

## Reflexos para a família

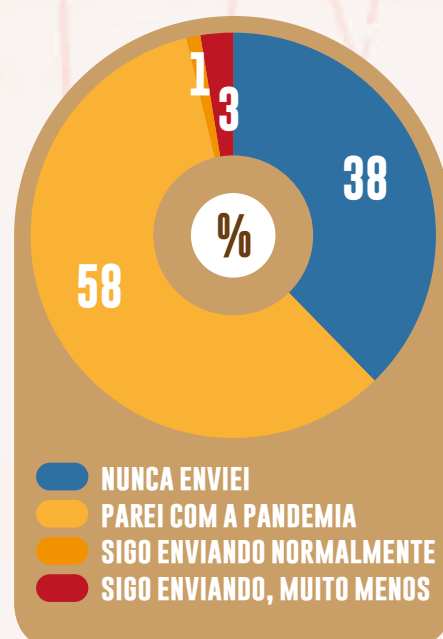
Com as medidas de isolamento social, a convivência familiar naturalmente se intensificou, obrigando a todos a se adaptar a uma nova realidade. Por essa razão, abordamos dois aspectos sobre o impacto da pandemia na família das(os) trabalhadoras(es) migrantes: a vida escolar dos filhos e o suporte financeiro a familiares no país de origem.

No universo de trabalhadoras(es) entrevistadas(os), 56% têm crianças em idade escolar, que precisam agora acompanhar as atividades educacionais “online”. Dentre estas(es) respondentes que têm filhos, identificamos que 30% não estão conseguindo acompanhar as aulas por falta de acesso à internet. Este é um fator que acentua a desigualdade imposta às populações mais vulneráveis, uma vez que o ensino à distância não é acessível universalmente, seja pela exclusão digital, ou por não possuírem equipamentos para conexão, viverem em casas que não permitam estudo, ou ainda por não haver um responsável que possa acompanhar a criança.

**“ A quarentena prejudicou os estudos das minhas filhas, porque eu ainda não entendo muito português e, às vezes, eu não consigo me conectar à internet e elas perdem atividades ”**

Vemos ainda que os reflexos da pandemia não incidem somente sobre as(os) trabalhadoras(es), mas também sobre seus familiares em seu país de origem. Enquanto 38% das(os) respondentes informaram nunca terem enviado dinheiro a seus familiares, 58% enviavam dinheiro antes da pandemia, mas agora já não conseguem mais fazê-lo. Considerando somente aquelas (es) que sempre enviaram remessas para seus familiares, vemos que mais de 93% destas(es) não conseguiram mais realizá-las.

### VOCÊ ENVIOU DINHEIRO PARA FAMÍLIA NO SEU PAÍS?



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na pesquisa. BHRRC



Os impactos da pandemia na família não foram em sua totalidade negativos. As pessoas entrevistadas relataram terem se sentido mais próximas às suas famílias durante este período. Acostumados a trabalhar mais de 14 horas por dia, antes da COVID-19, as(os) trabalhadoras(es) normalmente tinham menos tempo e atenção para a vida familiar e para seus filhos. Com a escassez de trabalho em meio à pandemia, longas horas de trabalho foram substituídas pelo tempo em família.

Este foi um elemento presente em várias respostas abertas. Apesar das dificuldades que a pandemia trouxe para a vida das(os) trabalhadoras(es) e suas famílias, temos visto que alguns olham positivamente para certas mudanças, sobretudo o maior tempo para convivência familiar. Um espaço de resposta facultativa foi deixado na pesquisa para o compartilhamento de histórias da quarentena. Sete em cada dez pessoas entrevistadas optaram por compartilhar suas experiências, muitos refletindo sobre a oportunidade de passar mais tempo com suas famílias.

**“ Nessa quarentena passei momentos tristes e felizes ao mesmo tempo, porque, em realidade, antes da quarentena, nossas vidas estavam todas dedicadas ao trabalho, sem nos dar conta do valioso que temos ao nosso redor, que é a nossa família. Tivemos a oportunidade de estar mais unidos e ter uma relação que talvez nem existisse, porque era só trabalhar e trabalhar. Dedicar tempo aos meus filhos e dar-lhes o carinho que necessitam. Eu aprendi que a família é o primeiro que devemos cuidar e que devemos ser mais unidos. ”**

Embora a oportunidade de passar mais tempo com a família seja vista como um ponto positivo pelas(os) respondentes, esta informação escancara as condições precárias a que estas(es) trabalhadoras(es), normalmente, estão submetidas(os). A violação de direitos humanos reside também quando não há escolha entre cargas extenuantes de trabalho e a convivência familiar.

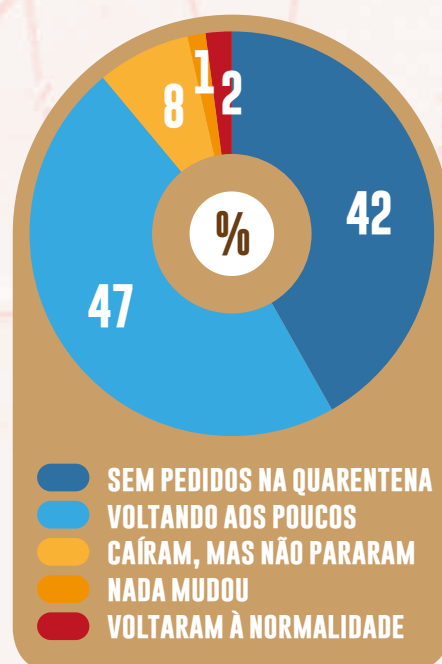
## Menos trabalho e preços mais baixos

A redução das atividades comerciais decorrente da COVID-19 trouxe um impacto generalizado no trabalho dos profissionais da cadeia produtiva da moda, o que foi especialmente sentido pelas(os) trabalhadoras(es) migrantes. Geralmente, os pedidos de encomendas são realizados em feiras e espaços de sociabilidade da comunidade boliviana, como igrejas, praças públicas e mercados de rua. Os proprietários de oficinas normalmente são responsáveis por conseguir novos trabalhos por meio de relacionamentos construídos com potenciais compradores. Este comprador pode ser um representante de uma marca ou loja, um gerente de produção ou ainda algum intermediador que tenha recebido um pedido e busca outra terceirização de mão-de-obra. Os pedidos aumentam de acordo com a qualidade do produto entregue.

As respostas da pesquisa revelaram que as encomendas pararam completamente para a grande maioria das(os) trabalhadoras(es) migrantes (91%). E elas não tinham sido ainda retomadas para 42%, ao passo que, para 2% das(os) respondentes, tudo já teria voltado à normalidade. 9% das(os) entrevistadas(os) indicaram ou que nada mudou, ou que os pedidos diminuíram, mas nunca deixaram de chegar.

O impacto no fluxo de pedidos foi claramente significativo e a falta de trabalho, generalizada. Essa realidade também se refletiu nas respostas das pessoas entrevistadas às perguntas abertas. Quando perguntados sobre o maior desafio que enfrentaram durante a quarentena, pouco mais da metade (50,3%) referiu-se à falta de trabalho. Quando solicitado a compartilhar histórias da quarentena durante a pandemia, 15,7% das respostas apresentaram preocupações explícitas sobre a falta de trabalho e, conseqüentemente, dinheiro para necessidades essenciais.

### COMO A PANDEMIA AFETOU SEU TRABALHO?



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na pesquisa. BHRRCC

**“ Minha maior dificuldade foi que eu não tinha trabalho. Porque a gente vem aqui com um sonho, mas com a Covid tudo foi fechado, as dívidas aumentaram e não há consideração de alguns proprietários de casas. ”**

Ainda nas respostas abertas, quando questionados qual havia sido a maior mudança no trabalho, mais de um terço (37,9%) indicou o fato de não chegar mais encomendas. Importante destacar que, também nesta pergunta sobre as mudanças no trabalho, 19% das respostas falam da necessidade de adotar novos cuidados como uso de máscaras e medidas de higiene, em especial a utilização de álcool em gel. Esta preocupação é reflexo da necessidade de adaptação aos novos procedimentos de segurança que o momento exige.

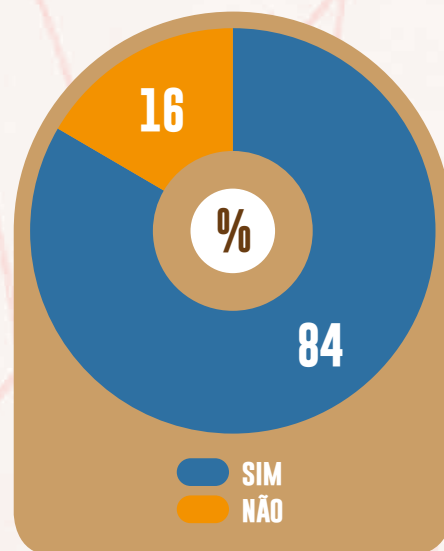
O impacto na dinâmica do trabalho não se restringiu à queda nos pedidos, mas afetou também os tipos de produtos demandados. 84% das(os) entrevistadas(os) indicaram ter costurado máscaras durante este período, e que estes eram, muitas vezes, os únicos produtos encomendados.

**“ Durante a quarentena, eu não sabia o que fazer. Só costurei máscaras e não me pagaram. ”**

Não só houve escassez de pedidos, mas também os preços das poucas encomendas realizadas foram reduzidos: mais de três em cada quatro entrevistadas(os) (78%) indicaram que os preços pagos pelos pedidos diminuíram.

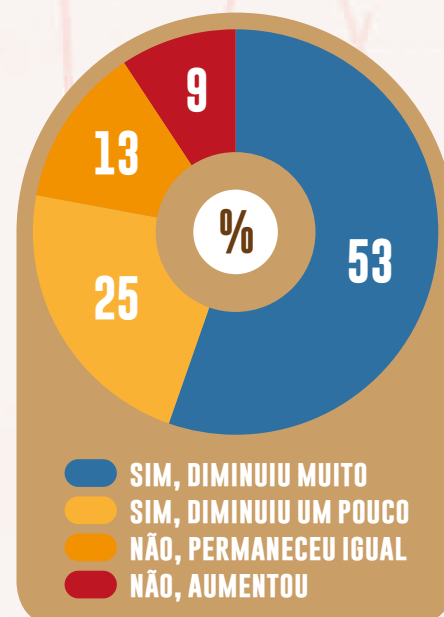
Enquanto as máscaras se tornaram um item obrigatório no rosto dos brasileiros(as), as(os) trabalhadoras(es) migrantes que as costuraram sofreram com o preço pago por elas. Com o grande excedente de mão-de-obra disponível durante a pandemia, as encomendas que chegavam, vinham com valores cada vez mais reduzidos.

### COSTUROU MÁSCARAS DURANTE A PANDEMIA?



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na pesquisa. BHRRC

### O PREÇO DOS PRODUTOS COSTURADOS DIMINUIU?



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na pesquisa. BHRRC

## “ Cheguei a trabalhar por cinco centavos. ”

Na cadeia de produção da moda, o dono da marca ou empresa determina o preço de compra, que é então imposto ao(a) trabalhador(a) migrante que atua na oficina de costura. Essa oferta é tipicamente inegociável e aqueles que tentam negociá-la são muitas vezes descartados e o pedido repassado a outra oficina que possa aceitá-lo. O mesmo vale para questões como cronograma de entrega e de pagamento. Os detalhes do produto geralmente são repassados para o dono da oficina, o único que tem contato com o comprador, que recebe uma peça para que as(os) trabalhadoras(es) a repliquem. Não é possível saber o destino final da peça, pois as etiquetas geralmente são costuradas em outro lugar. Para evitar serem responsabilizadas em inspeções trabalhistas, as marcas têm trabalhadores próprios para costurar etiquetas.

O impacto da diminuição dos preços e do valor que elas(es) têm recebido também apareceu de forma espontânea nas perguntas abertas. Questionadas(os) sobre qual tinha sido a mudança mais importante que a pandemia trouxe ao trabalho, a diminuição dos preços aparece em 14% das respostas. Não bastasse a escassez de pedidos e a queda nos preços pagos pelos produtos, também surgem relatos de falta de pagamento pelos materiais produzidos.

A correlação de alguns dados também reflete o contexto em que estas(es) trabalhadoras(es) estão vivendo. Cruzando dados sobre vínculos de trabalho e as respostas abertas que indicaram a ausência de pedidos como o maior impacto da pandemia no trabalho, identificamos que, entre aquelas(es) com o trabalho reduzido ou sem trabalho, 94% não contam com vínculo formal (informais ou autônomos). Já as(os) trabalhadoras(es) formais, em resposta à mesma pergunta, se referiram à questão da higiene como o principal impacto no trabalho, além de uma maior união da família.

Olhando para esse cruzamento por outra perspectiva, podemos dizer que, entre todas(os) as(os) trabalhadoras(es) sem vínculo formal que responderam à pesquisa, 44% disseram que o serviço reduzido ou a falta dele foi o maior impacto da pandemia em seus trabalhos. Já entre todas(os) as(os) trabalhadoras(es) formais, este número foi de apenas 12%. Estes dados nos mostram que, além da relação direta entre falta de trabalho e vínculo mais frágil, as preocupações sobre o trabalho neste momento de pandemia são diferentes entre trabalhadoras migrantes com vínculos formais de trabalho e trabalhadores migrantes sem vínculos formais de trabalho.



Também analisamos a correlação entre o preço pago pelos produtos e os vínculos de trabalho. Observamos que o valor pago por produto diminuiu muito mais entre trabalhadoras sem vínculos formais de trabalho - 56% das(os) trabalhadoras(es) informais e para 53% das(os) trabalhadoras(es) autônomas(os) – do que entre as(os) trabalhadoras(es) formais, que marcou um patamar de 35%. Deste modo, é possível confirmar com base nos dados coletados como o impacto da pandemia é maior para aquelas(es) trabalhadoras(es) sem vínculos formais de trabalho, para as(os) quais, em sua maioria, o valor do preço pago pelos produtos diminuiu muito.

Diante deste cenário, as(os) trabalhadoras(es) migrantes mostraram ser uma das categorias mais vulneráveis da cadeia produtiva da indústria da moda, sobretudo aquelas(es) sem vínculos formais de trabalho. Estas(es) trabalhadoras(es) estão na ponta desta cadeia, desprotegidas(os) e sem direitos, o que também reforça nossa percepção de que os prejuízos dessa crise tendem a cair proporcionalmente mais sobre quem já é mais vulnerável.



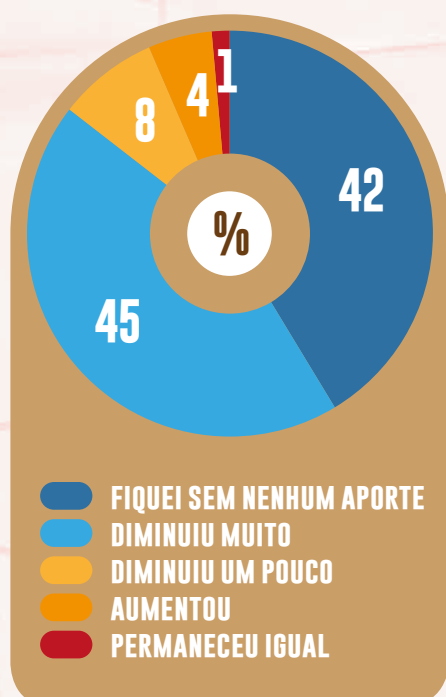
## Impactos na renda

As mudanças nas condições de trabalho durante a pandemia tiveram impacto direto na renda das(os) trabalhadoras(es) migrantes e de suas famílias. Em consistência com os dados coletados sobre as mudanças no trabalho, identificamos que a maioria das(os) entrevistadas(os) (87%) sentiu uma mudança drástica em seus rendimentos. Destes, 42% relataram que ficaram sem renda durante a pandemia, enquanto 45% disseram que sua renda diminuiu consideravelmente.

Diante desses achados, procuramos construir uma fotografia das faixas de renda em que essas famílias indicaram estar. Como apresentado abaixo, identificamos a triste realidade de que 87% das(os) respondentes informaram ter renda mensal máxima de R\$1.045, valor inferior a US\$200 mensais. Trata-se do salário mínimo no Brasil, fixado por lei e garantido pela Constituição Federal.

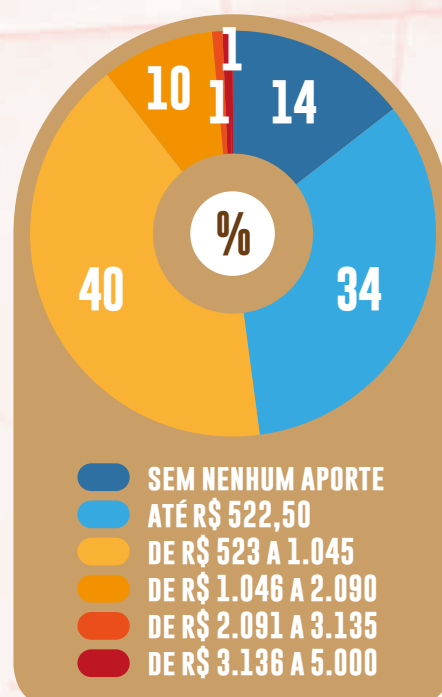
Como esta pesquisa trabalha com uma amostra não representativa, não é possível generalizar os achados a todas(os) as(os) trabalhadoras(es) migrantes da indústria da moda brasileira. Contudo, considerando que a extrema pobreza é viver com menos de US\$1,9 por dia, e que a média de adultos por casa em nossa amostra foi de 2,8, há margem para inferir que quase metade destas(es) trabalhadoras(es) (48% - sem rendimentos ou rendimento mensal máximo de R\$522, pouco mais de US\$90) provavelmente vive em condições de extrema pobreza<sup>5</sup>.

### COMO A PANDEMIA AFETOU SEUS RENDIMENTOS?



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na pesquisa. BHRRRC

### QUAL É APROXIMADAMENTE A SUA RENDA MENSAL?



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na pesquisa. BHRRRC

O impacto direto na renda também aproximou a fome à realidade destas famílias. A materialização da falta de dinheiro pode ser vista no fato de que 61% das(os) respondentes informaram que estão tendo dificuldades para se alimentar durante a pandemia.

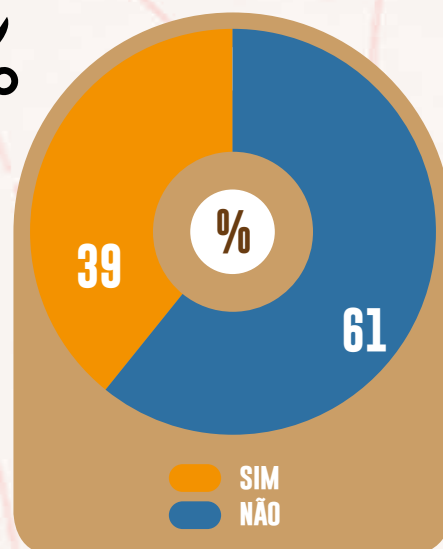
Não ter o que comer também apareceu espontaneamente em 18% das respostas à pergunta sobre “Qual está sendo a maior dificuldade durante a quarentena?”. Aliás, nas questões abertas, o drama da sobrevivência também é a tônica. Nesta pergunta sobre a maior dificuldade, 22% das(os) respondentes indicaram problemas em pagar as contas e não entrar em dívidas. Já no espaço que tiveram para contar uma história da quarentena, esta questão da sobrevivência também aparece de diversas maneiras – preocupação com a alimentação e os estudos dos filhos, pedidos de ajuda e relatos de dívidas por não estarem conseguindo pagar as contas, principalmente o aluguel.

**“ Preciso de ajuda porque já me meti em dívida por falta de dinheiro. Trabalho com pessoal, mas com essa quarentena não estamos trabalhando nada. Faz pouco tempo que eu abri minha própria oficina, mas não funcionou, porque só me meti em dívidas. ”**

Quando questionados sobre o recebimento do Auxílio Emergencial, uma renda básica fornecida pelo Governo Federal, identificamos que mais da metade (56%) recebeu o benefício. Por outro lado, 28% disseram que não estão recebendo, ou porque já foi cortado (8%) ou porque sequer foi aprovado (20%), o que se mostra uma proporção relevante dadas as condições de renda dessa população.

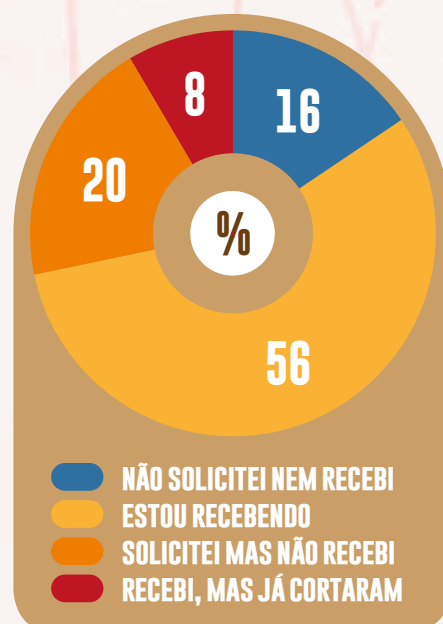
Também perguntamos sobre outros tipos de ajuda financeira ou doações que as(os) respondentes estariam recebendo. Pouco mais de um terço das(os) entrevistadas(os) (35%) recebeu algum tipo de doação de ONGs, igrejas ou outras organizações religiosas, e outros 35% não receberam nada.

### TEM DIFICULDADES PARA SE ALIMENTAR DURANTE A PANDEMIA?



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na pesquisa. BHRRCC

### VOCÊ ESTÁ RECEBENDO O AUXÍLIO EMERGENCIAL DO GOVERNO FEDERAL?



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados coletados na pesquisa. BHRRCC



# Recomendações

As recomendações a seguir se baseiam nos dados e análises da pesquisa apresentados anteriormente e têm como objetivo propor políticas e ações empresariais para melhor garantir a proteção aos direitos humanos das(os) trabalhadoras(es) migrantes. Embora estas recomendações não esgotem as possibilidades, elas são direcionadas para a construção de uma agenda de ação.



## Recomendamos aos governos:

- **Mapear a população migrante que trabalha na indústria da moda**, identificar quem são e reunir informações precisas, confiáveis e publicamente acessíveis sobre suas condições de vida e trabalho<sup>6</sup>;
- **Incluir as(os) trabalhadoras(es) migrantes na rede pública de proteção social** e garantir que as políticas voltadas a essa população sejam institucionalizadas por lei e contem com estratégias para além da pandemia;
- **Intensificar medidas de fiscalização** sobre as condições de trabalho na cadeia produtiva da moda;
- **Criar novos marcos normativos** ou fortalecer as regulamentações existentes no sentido da responsabilização das empresas no topo da cadeia produtiva por violações aos direitos humanos e trabalhistas;
- **Garantir a continuidade das políticas de combate a todas as formas de exploração do trabalho no Brasil**, incluindo mais recursos para a atuação de auditores e procuradores trabalhistas;
- **Definir estratégias que priorizem um olhar à questão de gênero** nas medidas voltadas a essa população;
- **Fortalecer as ONGs que têm desempenhado um papel estratégico** na garantia da subsistência das(os) trabalhadoras(es) migrantes;
- **Ratificar a Convenção das Nações Unidas sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias** e garantir que ela seja devidamente implementada;



## Recomendamos às empresas:

- **Mapear a cadeia de suprimentos** e manter atualizada, transparente e disponível “online” a base de fornecedores;
- **Manter públicas as informações sobre a implementação de políticas e códigos de conduta**, tais como relatórios de auditoria das fábricas e resultados de monitoramentos dos locais de trabalho;
- **Assegurar que trabalhadores migrantes e informais sejam irrestritamente cobertos pelas políticas da empresa** e que a proteção destes profissionais seja focada em direitos e não em status legal;
- **Publicar informações sobre práticas de compras (condições de pagamento e políticas de custos) e adotar políticas responsáveis nessa área.** Incluir compromissos de longo prazo com unidades de produção e preços que permitam que seja pago às(aos) trabalhadoras(es) o salário mínimo estabelecido pela lei brasileira, garantido em acordos contratuais já na realização dos pedidos de compra;
- **Estabelecer em toda a cadeia de suprimentos mecanismos de denúncia acolhedores e eficientes**, centrados no(a) trabalhador(a), de acordo com os critérios previstos nos UNGPs;
- **Garantir que todas(os) as(os) trabalhadoras(es) da cadeia de suprimentos**, principalmente trabalhadores migrantes e informais, **tenham o direito de se organizar e sejam representados em acordos de negociação**;
- **Realizar devida diligência para identificar, prevenir e mitigar riscos e impactos negativos em suas cadeias produtivas**, de acordo com os Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos das Nações Unidas<sup>7</sup> (UNGPs, sigla em inglês), e regularmente se envolver com grupos de trabalhadores migrantes, sindicatos e OSCs para auditar e monitorar as condições de trabalho nas cadeias de produção;
- **Fornecer financiamento exclusivo para a capacitação sobre direitos trabalhistas, constitucionais e humanos**, para garantir que as(os) trabalhadoras(es) das cadeias de suprimentos compreendam e possam exercer seus direitos;
- **Apoiar publicamente as proteções trabalhistas do Estado**, incluindo a ratificação e a implementação de todas as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em toda a cadeia de fornecimento;
- **Apoiar publicamente a defesa dos direitos humanos**, incluindo os direitos a um ambiente saudável, a um salário decente, à seguridade social e aos direitos garantidos pela Constituição Federal;
- **Trabalhar com fornecedores e parceiros de negócios para apoiar a implementação de recomendações da OIT** e orientações de saúde e segurança para proteger as(os) trabalhadoras(es) da COVID-19.

# Referências

<sup>1</sup> **BUSINESS & HUMAN RIGHTS RESOURCE CENTRE.** Major apparel brands delay & cancel orders in response to pandemic, risking livelihoods of millions of garment workers in their supply chains. 24 de Março de 2020. Disponível em: <https://www.business-humanrights.org/en/latest-news/major-apparel-brands-delay-cancel-orders-in-response-to-pandemic-risking-livelihoods-of-millions-of-garment-workers-in-their-supply-chains/>. Acesso em: 12 nov. 2020

<sup>2</sup> **ABIT – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÃO.** Superintendência de Políticas Industriais e Econômicas da ABIT. Perfil do Setor. 2019. Disponível em: <https://www.abit.org.br/cont/perfil-do-setor>. Acesso em: 12 nov. 2020.

<sup>3</sup> **ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT.** Multilateral Framework on Labour Migration: Non-binding principles and guidelines for a rights-based approach to labour migration. Genebra: ILO - International Labour Organization, 2006.

Disponível em: [https://www.ilo.org/dyn/migpractice/migmmain.showPractice?p\\_lang=en&p\\_practice\\_id=187](https://www.ilo.org/dyn/migpractice/migmmain.showPractice?p_lang=en&p_practice_id=187). Acesso em: 12 nov. 2020.

<sup>4</sup> **NOGUEIRA, Christiane V.; NOVAES, Marina; BIGNAMI, Renato (orgs.).** Tráfico de pessoas: reflexões para a compreensão do trabalho escravo contemporâneo. São Paulo: Paulinas, 2014.

<sup>5</sup> **WORLD BANK.** 2020. Poverty and Shared Prosperity 2020. Washington, DC: World Bank. 2020.

<sup>6</sup> **BUSINESS & HUMAN RIGHTS RESOURCE CENTRE.** Union busting & unfair dismissals: Garment workers during COVID-19. Agosto de 2020. Disponível em: [https://media.business-humanrights.org/media/documents/files/200805\\_Union\\_busting\\_unfair\\_dismissals\\_garment\\_workers\\_during\\_COVID19.pdf](https://media.business-humanrights.org/media/documents/files/200805_Union_busting_unfair_dismissals_garment_workers_during_COVID19.pdf). Acesso em: 12 nov. 2020.

<sup>7</sup> **ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU.** Guiding Principles on Business and Human Rights: Implementing the United Nations “Protect, Respect and Remedy” Framework. Nova Iorque e Genebra: United Nations Human Rights, 2011. Disponível em: [https://www.ohchr.org/documents/publications/guidingprinciplesbusinessshr\\_en.pdf](https://www.ohchr.org/documents/publications/guidingprinciplesbusinessshr_en.pdf). Acesso em: 12 nov. 2020.

# Ficha técnica

Autora: **Marina Novaes**

Pesquisadores: **Mariana Scaff e Giordano Magri**

Designer: **Sato do Brasil**



Esta pesquisa não teria sido possível sem a parceria com o CAMI (Centro de Apoio e Pastoral do Migrante) que disseminou os questionários de pesquisa às(aos) trabalhadoras(es) migrantes. O CAMI foi fundado em 2005, com a missão de promover os direitos humanos de migrantes e refugiados. A relação de confiança que a organização consolidou com estes grupos foi fundamental para a legitimidade da pesquisa.

Agradecemos também a colaboração do NEB-FGV (Núcleo de Estudos da Burocracia da Fundação Getúlio Vargas) pelo apoio metodológico, de pesquisa e de coleta de dados.





## MASCARANDO A MISÉRIA

A pandemia de COVID-19  
e as(os) trabalhadoras(es) migrantes  
da indústria da moda de São Paulo